

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CAMPO: A PESQUISA E A EXTENSÃO ALIADAS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Giseli Dalla Nora – giseli.nora@gmail.com

Professora Assistente do departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA

Michèle Sato – michelesato@gmail.com

Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA

Resumo

Este trabalho busca apresentar ideias acerca do processo de formação continuada para professores do campo, visando identificar a abordagem da educação ambiental neste universo. A comunidade estudada é São Pedro de Joselândia, localizada no município de Barão de Melgaço no estado de Mato Grosso, no Brasil. É uma comunidade tradicional do pantanal Mato-grossense e possui uma escola estadual cuja filosofia é a educação do campo. A metodologia de trabalho é a pesquisa participante, pois a pesquisa ocorreu simultaneamente ao curso de formação continuada de professores e a educação ambiental. Alguns resultados aqui apresentados se referem à percepção dos professores envolvidos acerca da comunidade, da escola e da própria educação ambiental.

Palavras – Chaves: Educação Ambiental – Educação do campo – Formação de Professores

Introdução

A ciência geográfica possui um amplo leque de atuação, interagindo entre os aspectos físicos, econômicos e sociais de uma dada porção do espaço geográfico, um território, uma região, um lugar ou mesmo uma paisagem. Neste sentido a geografia, atua também no processo de formação do cidadão onde quer que ele esteja (campo ou cidade). Desta forma, a geografia, aliada a educação ambiental, configura um processo formativo baseado na consciência ambiental, atuando na construção da percepção ambiental e social.

A pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas (INAU) e possui vários objetivos, frentes e metas. Especificamente no tocante aos objetivos relacionados com a escola, estamos trabalhando com a perspectiva da aliança entre a escola e o seu entorno, respectivamente por meio da educação formal e da popular, inscritos na orientação dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC).

Uma ação preliminar foi tentar perceber de que modo a educação ambiental é orientada na escola, situada numa das áreas úmidas mais protegidas do mundo. Todavia, a água recebe pouca atenção de cuidados, talvez pela sua abundância na região, que mascara o sentido perceptivo de sua escassez e conflitos crescentes. Os resíduos sólidos ainda são a

marca registrada, com explicitação de atividades relacionadas com a coleta seletiva e oficinas de reutilização.

Poucas iniciativas relacionam-se com a conservação ou preservação ambiental. Jargões sem reflexão crítica fazem emergir a “conscientização” como maior obstáculo da proteção ambiental e, portanto, atividades informacionais que possam promover a consciência ecológica estão na pauta na escola.

Objetivos

O objetivo desse trabalho é formar professores em educação ambiental, fomentando a construção de Projetos Ambientais Escolares Comunitários – PAEC. O PAEC é uma proposta de trabalho nas escolas em conjunto com a comunidade, valorizando sua cultura e as peculiaridades que as cercam. Para isso utilizamos a pesquisa participante como trilhar metodológico desenvolvendo um curso de formação continuada para professores do Campo em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso – SEDUC.

Metodologia

Este trabalho utiliza com metodologia a Pesquisa participante. Este tipo de pesquisa segundo Brandão (1984) “Trata-se de um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação.”

Este trabalho está integrado ao projeto 5.1 – Comunicação e Formação do Laboratório 5 – Práticas culturais, socioeconomia e educação do Instituto Nacional de Áreas Úmidas – INAU e ao Grupo Pesquisador em Educação Ambiental Comunicação e Arte - GPEA da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT como campo de atuação.

Neste sentido realizou uma das suas atividades nos dias 23 e 24 de agosto de 2012, ligada ao processo de formação em educação ambiental para professores do Campo. Utilizou a Escola Estadual Maria Peixoto de Moura, no distrito de São Pedro de Joselândia no município de barão do Melgaço – Mato Grosso.

As atividades do curso se iniciaram com a equipe de pesquisadores formada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso e Gerente de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso – SEDUC se reuniram com a Diretora e organizaram a dinâmica dos trabalhos do curso de formação do professores da escola.

As atividades do curso de formação e pesquisa em educação iniciaram no dia 24/08/2012 as 7h30 no laboratório de informática da referida escola. As atividades se iniciaram com a apresentação da equipe e dinâmica. Em seguida se apresentou os resultados prévios do censo socioeconômico de São Pedro de Joselândia (pesquisa realizada em marco de 2012) cujos muitos professores participaram da pesquisa e discutiram as informações apresentadas.

No decorrer da discussão surgiram muitas ideias sobre como comunidade de São Pedro de Joselândia pode em parceria com a escola reivindicar melhorias para todos. Após a apresentação dos dados socioeconômicos os professores e técnicos da escola realizaram as atividades propostas pela equipe conforme a seguinte proposta:

- Apresentação e explicação da oficina;
- Dinâmica de apresentação: Eu vou para Paris? Você vai também?
- Identificação: Você trabalha com educação ambiental? Como?

Em seguida buscou-se identificar através do uso de imagens a percepção dos pesquisados sobre o seu lugar de vivência utilizando imagens com “Totalmente natureza”, “Rural + Agrícola”, “Rural sem agrícola”, “Rural urbano” e “Urbano”. E seguida indagou-se “Em qual delas você se identifica?”, “Para você, em qual dessas imagens a escola se situa?” e “Para cada imagem/local você consideraria um currículo escolar diferenciado?”

Após esta etapa buscou indagar sobre a percepção de “Diversidade” identificando através da fala e da escrita as atividades/manifestações culturais presentes na comunidade. Em seguida levantaram-se informações acerca do currículo da Escola Estadual Profª Maria Silvina Peixoto de Moura e as expressões culturais de São Pedro de Joselândia e se existe alguma atividade (trabalho, expressão cultural) da comunidade que não está contemplada no currículo bem como se existia alguma atividade da comunidade que deveria estar no currículo.

Outro ponto da pesquisa se refere às paisagens pantaneiras que mais lhe agradava bem como que cursos/capacitações poderiam auxiliar os professores em sala de aula na comunidade estudada.

Área de Estudo

A comunidade de São Pedro de Joselândia

A comunidade de São Pedro de Joselândia pertence ao Distrito de Joselândia, no município de Barão de Melgaço, no estado de Mato Grosso. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através do Censo Demográfico realizado em 2010 o município de Barão do Melgaço (fig. 1) apresenta o um total de 7. 591 habitantes. Com 4.134 homens e 3.457

mulheres que vivem principalmente na zona rural (4.169 hab.). No censo demográfico de 2000 a população de Barão de Melgaço era 7.682 habitantes, ou seja, houve um decréscimo populacional do município.

A pesquisa aqui apresentada é desenvolvida na Comunidade de São Pedro de Joselândia, distrito do município de Barão do Melgaço no estado de Mato Grosso, no Brasil. A comunidade tem 2.300 habitantes e possui uma escola que é administrada pelo Estado de Mato Grosso, que atende a aproximadamente 250 alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno. A Escola Estadual Maria Peixoto de Moura, nome dado em homenagem a primeira professora da comunidade, possui um corpo docente e técnico constituído por 31 profissionais que atuam na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – EJA, bem como na administração escolar. A identidade cultural da escola é denominada Escola do Campo. Através deste curso foi possível perceber a concepção de escola do campo e da ideia de educação ambiental que os professores dessa comunidade possuem. Durante o curso os professores e técnicos da escola responderam alguns questionamentos referentes ao trabalho com a educação ambiental e seus temas.

A comunidade de São Pedro é característica de uma comunidade ribeirinha, possui campos alagadiços (fig1) e uma paisagem deslumbrante que se difere de acordo com o ponto da comunidade que se localiza o expectador e se difere ainda de acordo com o regime das chuvas. A comunidade apresenta, em termos de infra-estrutura, igrejas, pousadas, escola, posto de saúde, pista de pouso e vários pequenos empreendimentos comerciais.



Fig 1: A canoa e o pantanal
Fonte: Nora, 2012.

A comunidade é toda cortada por ruas de terras que se tornam precárias para os deslocamentos durante as chuvas. Uma das espécies da flora mais utilizada pela comunidade é o Cambará, importante pela sua riqueza e por ser a árvore utilizada na confecção da canoa (Fig.1), principal meio de transporte na comunidade no período de enchente e cheia.

A escola Estadual Maria Silvino Peixoto de Moura nasceu em 1978, foi autorizada em 1992, e tem a sua criação em 1995. Frequentam a escola aproximadamente 250 alunos, incluindo as salas anexas de Pimenteira e Estirão Comprido, localidades circunvizinhas.

Resultados

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUA LEGALIDADE ATRAVÉS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ao se abordar sobre educação do campo é interessante perceber como ela é vista pelas autoridades competentes, é importante ter noção de legislação que a instituíram como modalidade de ensino e a trouxeram para a realidade brasileira.

É de comum acordo entre muitos pesquisadores em educação que os espaços de aprendizagem são múltiplos e o conhecimento e a sabedoria extrapolam as paredes de uma sala de aula, escola ou “caixinha” que se queira colocar a educação. E educação não-formal para Gohn (1999) “aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil”. Mas porque chamar a atenção para a educação não formal em um texto que visa discutir a educação no/do campo voltado inicialmente para as diretrizes e pareceres do Conselho Nacional de Educação - CNE? A resposta é curta, porém complexa: porque os espaços dos saberes do campo são muito mais amplos que os limites “paredais” de uma escola.

É muito provável que os alunos de uma escola aprendam “menos” na sala de aula do que em seus afazeres cotidianos que envolvem a esfera rural/agrária. O aprendizado de física, química e matemática está no cotidiano destes alunos, porém não está representado através de fórmulas e exercícios de uma página de resoluções, mas esta na percepção que o mesmo tem seus afazeres, sobre a ação-reação diária de suas atitudes. Cada um tem seu valor e deve ser respeitado.

Perceber este contexto é admitir o quão rica pode se tornar o processo educativo baseado em outras ideias de mundo que está em permanente (re) construção. Outra discussão pertinente é avivada por Roseli Caldart (2002) em seu texto “Por uma Educação do Campo” faz

uma distinção sobre a Educação NO campo e uma educação DO campo. Segunda ela, o “NO significa que o povo tem direito a ser educação onde vive”, ou seja, no seu lugar de vivência, no seu espaço geográfico, na sua topofilia. E o DO tem a conotação de que “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”

Para se apimentar esta discussão sobre o pensar em educação no campo ou educação do Campo deve-se olhar com mais cautela os pareceres do Conselho Nacional de educação para entender e dinamizar o que o poder público pensa frente a esta discussão. Neste sentido apontaremos aqui neste breve debate os pareceres, referências e conceito referentes a escolas e educação do Campo

Ao consultarmos a página do Ministério da Educação - Governo Federal encontra-se os seguintes pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação que versam sobre a educação do Campo:

- **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**, aprovado em 4 de dezembro de 2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**- Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- **Parecer CNE/CEB nº 21/2002**, aprovado em 05 de junho de 2002 - Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais.
- **Parecer CNE/CEB nº 1/2006**, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 - Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
- **Parecer CNE/CEB nº 30/2006**, aprovado em 5 de abril de 2006 - Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.
- **Parecer CNE/CEB nº 23/2007**, aprovado em 12 de setembro de 2007 - Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
- **Parecer CNE/CEB nº 3/2008**, aprovado em 18 de fevereiro de 2008 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
- **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008** - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Para entender e discutir a educação do campo pela ótica do poder público aponta-se alguns conceitos e idéias referentes à educação do campo segundo o CNE.

“A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não- urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria

produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001)

Mas este movimento de educação do campo não pode e não deve ser dar sozinho, é necessário que os as comunidades e sociedades se sintam atuantes na tomada de decisão frente à necessidade que bate a sua porta e está escancarada em sua frente, por isso q abordagem do parecer 36/2001 ilustra o papel da sociedade frente sua cidadania, seus fatores e seus atores.

Ressalte-se nesse contexto, a importância dos Movimentos Sociais, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, da SEF/MEC, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, das Universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, das ONG's e dos demais setores que, engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmam a pertinência e apresentam contribuições para a formulação destas diretrizes. (Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001)

É interessante frisar também o Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002 que responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais. Neste parecer é citado o artigo 28 da LDB que informa que a

“na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.”

O parecer acima citado embasa nossa pesquisa pois acreditamos que os currículos e metodologias devam ser diferenciados de acordo com a localização da escola e sua dinâmica, seja rural, urbana, seja da periferia ou do centro.

Estes pressupostos levam ao Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 que discute os dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), ilustra o surgimento dessa pedagogia.

Essa alternativa de atendimento à população escolar do campo surgiu na década de 1930, na França, nas Casas Familiares Rurais, estendendo-se na Europa pela Bélgica e a Espanha, na África pelo Senegal e na América Latina pela Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, México,

Nicarágua, Paraguai. No Brasil, a denominada Pedagogia da Alternância foi introduzida, em 1969, no Espírito Santo – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo / MEPES – a partir de Anchieta, encontrando rápida expansão com a orientação dos Padres Jesuítas. (Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006)

Na construção de uma diretriz que constrói orientação para o desenvolvimento de política públicas para o atendimento a educação do campo citamos dois pareceres (Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007 e Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008) que se completam para chegar a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico Integrado e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008)

Esta resolução informa o que compreende que a educação do campo formal abarca obrigatoriamente a realidade de comunidades tradicionais e este espaço de discussão e debate deve ser respeitado. E nesta linha que caminhamos para o entrosamento da educação ambiental, educação do campo e formação de professores. Contamos também com este trabalho a proposta dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários para interagir e fortalecer ao ensino formal nestas comunidades.

Projetos Ambientais Escolares Comunitários – PAEC

O PAEC é uma proposta de trabalho nas escolas em conjunto com a comunidade, valorizando sua cultura e as peculiaridades que as cercam. Para isso utilizamos a pesquisa participante, desenvolvendo um curso de formação continuada para professores do Campo em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso – SEDUC. Como aponta Mato Grosso (2004. p.09) os PAECs

[..] buscará aliar prática e teoria, fazendo emergir a necessidade da reflexão da prática construída na escola. É de fundamental importância enfatizar que os PAECs não sejam atividades pontuais, mas que sejam incorporados nos processos curriculares ou na construção de caminhos pedagógicos alternativos ligados ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola, fazendo emergir a diversidade biológica social e cultural de todos os municípios mato-grossenses, contribuindo para a melhoria da

qualidade de vida e para a sustentabilidade ambiental do Estado de Mato Grosso.

Além disso, uma das características dos PAEC esta ligada a relação da escola com a comunidade, valorizando a cultura, as manifestações artísticas bem como o modo de ser e fazer na comunidade. Neste sentido a sala de aula pode ser em qualquer lugar da comunidade como apontam Senra e Nora (2013)

O espaço físico da sala de aula pode ser substituído por outros espaços da escola (horta, pomar, jardim) e construa a noção de escola do campo a partir da paisagem vista de diversos ângulos da escola. Construa com seus alunos desenhos, imagens ou cartazes sobre a sua própria escola e as paisagens que dela se observa. As hortas escolares, comunitárias e os inventários das plantas medicinais encontradas e usadas no local fazem bem esta interface do conhecimento científico com o popular.

A educação do campo, a pesquisa e a educação ambiental são decisivas no processo de formação de ideias, pois a partir do momento que professores do campo são chamados a interagir com seus alunos em diferentes espaços da comunidades, dando significado ao que é ensinado em sala de aula a energia do processo de ensino se renova e possibilita outras abordagens e outras formas de ser e viver em sociedade/comunidade. Neste universo, ao mesmo tempo simples e complexo a formação de professores em educação ambiental envolve dois momentos importantes a formação inicial e a formação continuada.

Formação de Professores em Educação Ambiental

A formação inicial de um profissional da educação esta ligada diretamente as atividades das instituições de ensino superior. Neste momento o futuro professor recebe uma avalanche de ideias e caminhos a trilhar definidos por ideologias das instituições de ensino. Além de conhecer varias áreas que terá que se familiarizar e dominar para exercer da melhor forma possível a docência. Durante a sua formação inicial, nos quatro, cinco anos de faculdade, ele se depara com uma gama de disciplinas que visa desenvolver suas habilidades e competências para o seu saber docente e a educação ambiental se faz presente em quase todos eles, possibilitando uma leitura mais critica das questões ambientais.

Entretanto a formação de um professor começa a ser desafiada quando este se forma e vai atuar nas mais diferentes modalidades de ensino como educação do campo, educação quilombola, educação indígena, educação de jovens e adultos entre outros. Neste sentido a formação deve ser mais ampla e abarcar estes diferentes universos do ensino aprendizagem.

Par e passo com a formação inicial esta a formação continuada, que tem por objetivo manter os profissionais que estão atuando na docência atualizados frentes os debates e

discussões da sala de aula e este trabalho perpassa pela formação continuada retratando a experiência de formação continuada realizada na Escola Estadual Maria Silvina Peixoto de Moura, denominada Escola do Campo. O intuito do projeto é realizar a pesquisa e a o mesmo tempo possibilitar a atualização destes profissionais referentes a educação ambiental.

A formação em educação ambiental expressa novos olhares frente às questões da sociedade, do ser humano, da natureza e de suas relações como um todo. Ao formar ou possibilitar através de cursos, ensaios, debates a atualização dos professores do campo e temos a dimensão de como a educação ambiental é trabalhada nas escolas. Neste caso a educação ambiental busca fortalecer a consciência e a percepção frente às questões do meio ambiente bem como as questões sociais e isso sim deve ser ponto de apoio. Ao se sentir parte do todo provoca mudanças de atitudes e isso sim é educação ambiental.

A Pesquisa e a extensão.

A pesquisa/formação realizada com os professores do campo da Escola Estadual Maria Silvina Peixoto de Moura, ocorreu em agosto de 2012, na comunidade de São Pedro de Joselândia e alguns dos resultados serão agora apresentados.

O primeiro questionamento feito aos professores se refere a disciplina que trabalha e se realiza interface com a educação ambiental, todos responderam que trabalham através de exposição de temas como: reciclagem, coleta seletiva, lixo, atuando conservação e preservação ambiental. Alguns citaram que trabalham também os temas como o desmatamento e degradação ambiental. Um fato que merece destaque se refere aos técnicos administrativos assinalarem que também trabalham com educação ambiental através da “conscientização”.

Ao trabalharmos a imagens e a percepção do lugar onde vivem, identificou-se que os professores envolvidos no curso e na pesquisa tem a percepção que estão no campo, no espaço rural sem agricultura, de uma comunidade tradicional e quando indagados se aquele lugar e o mesmo que ele (o professor) gostaria de morar e viver quase todos responderam que sim devido a tranquilidade e a qualidade de vida.

Quando indagados que para cada imagem apresentada (“Totalmente natureza”, “Rural + Agrícola”, “Rural sem agrícola”, “Rural urbano” e “Urbano”) precisava de um currículo escolar diferenciado todos responderam que sim, ou seja, o lugar onde a escola esta inserida deve ser levado em consideração para compor o currículo da escola bem como seu Projeto Político Pedagógico.

Na abordagem feita sobre a diversidade, foi solicitado a eles que escrevessem suas ideias e percepções onde deixaram claro que a diversidade esta presente na realidade da

comunidade bem como na realidade da escola e de suas salas de aula. Apontaram ainda que apesar da diversidade não possuem problemas de convivência.

A perspectiva da pesquisa consiste em identificar a identidade cultural e promover o fortalecimento da cultura da comunidade através de oficinas escola e comunidade, entrelaçando os saberes na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, mais humana partindo da escola. Neste sentido os professores e técnicos da escola identificaram que São Pedro de Joselândia possui uma imensa diversidade de atividades culturais que não estão no currículo da escola como as danças do Siriri e Cururu, as festas de santo da comunidade que envolvem toda a região, a confecção da viola de cocho, do ganzá, do pilão e principalmente a canoa, importante utensílio da comunidade na época das águas do pantanal.

Outro ponto abordado na pesquisa se refere à percepção do professor sobre a escola. Quando perguntado sobre as dificuldades da escola a unanimidade aponta para a falta de interesse dos alunos e principalmente com o lidar com os novos aparatos tecnológicos como a informática e a internet.

Estes resultados são apenas indicativos da realidade que vem transformando nas escolas do campo que cada vez mais adotam currículos oficiais da escola da cidade e não levam em consideração a realidade local, com suas características e peculiaridades da cultura e dos saberes tradicionais.

E a pesquisa continua...

Considerações Finais

Ao realizar a pesquisa constatou-se a importância que a educação do campo possui frente às políticas governamentais que legitimam a educação do campo após muita luta dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados a terra. Existe no território brasileiro uma legislação que ampara e legitima o acesso a educação diferenciada para as populações que vivem no campo.

Neste sentido ao identificar a legislação da educação do campo, bem como os projetos de governo frente à educação ambiental e o processo de formação continuada de professores constata-se a necessidade de fortalecer a educação do campo bem como valorizar os saberes tradicionais das comunidades, trazendo-os para dentro dos currículos das escolas bem como para a prática pedagógica para não se perderem no tempo e no espaço.

Não temos dúvida que há necessidade de promover a formação de professores à construção de um currículo fenomenológico, de abordagem regional e na proposta significativa

da escola e seu entorno. E por isso, a pesquisa também visa à formação dos comunitários, que possam fazer das vivências cotidianas e sabedoria popular propostas educativas de aliança entre a educação formal e a popular. A valorização do local da cultura e do território é uma das metas que se propõe o projeto, nos sonhos de uma sociedade global mais justa, mais inclusiva e, essencialmente, com proteção socioambiental.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos, (Org.) **Por uma educação do campo: Campo, Políticas Públicas – Educação**. Brasília INCRA. MDA. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE - **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**, aprovado em 4 de dezembro de 2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/index.phps> Acessado em 20/12/2012

_____ **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002-** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados Acessado em 20/12/2012

_____ **Parecer CNE/CEB nº 21/2002**, aprovado em 05 de junho de 2002 - Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais. Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados Acessado em 20/12/2012

_____ **Parecer CNE/CEB nº 1/2006**, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 - Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados Acessado em 20/12/2012

_____ **Parecer CNE/CEB nº 30/2006**, aprovado em 5 de abril de 2006 - Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia. Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados. Acessado em 20/12/2012

_____ **Parecer CNE/CEB nº 23/2007**, aprovado em 12 de setembro de 2007 - Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados acessado em 20/12/2012

Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados Acessado em 20/12/2012

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados. Acessado em 20/12/2012

MATO GROSSO - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC. **Projeto de educação ambiental – PrEA: Projeto Ambiental Escolar Comunitário – PAEC**. Cuiabá, TantaTinta, 2004.

OLIVA, J. T. **Ensino da Geografia: um retardo desnecessário**. IN: CARLOS, A. F. A geografia em sala de aula. São Paulo. Contexto. 1999.

SATO, M.. **Educação Ambiental**. Ed. UFSCar/PPG-RRN. São Carlos –SP, 1996.

SATO, M. **Educação Ambiental**. Rima: São Carlos, 2002. In: OLIVEIRA JUNIOR, SAMUEL B.; SENRA, RONALDO E. FEITOZA; SOARES, PAULO. **Educação Ambiental: Alternativa de Aprendizagem num Projeto de Reflorestamento**. Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental. Volume 19, junho de 2007 – Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2007.